
Conversando sobre a inclusão: uma política do espaço público

EDNEI SOARES*

GUILHERME MENDONÇA DEL DEBBIO**

Resumo

Neste artigo, tratamos da participação popular na Política de Educação Inclusiva do Município de Nova Lima, com base na experiência com grupos de conversação realizada com a população desse município. Examinamos, também, noções teóricas de diferentes autores que podem tanto problematizar quanto fundamentar teórica e conceitualmente a prática relatada.

Palavras-chave: Inclusão. Espaço público. Deficiência. Singularidade. Ação política.

Introdução

O município de Nova Lima, em 2006, considerando a inclusão da pessoa com deficiência, começou a implementar uma Política Pública de Educação Inclusiva que visa criar um novo modelo de educação que atue direcionado a uma implicação

* Psicólogo, mestrando em Psicologia pela PUC-MG. Psicólogo pela Fundação de Assistência Especializada de Nova Lima (FAENOL) e no Programa Mulheres em Atenção Especial da Secretaria Municipal de Ação Social de Nova Lima-MG.

** Psicólogo pós-graduado em Gestão, Elaboração e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas pela UFMG. Ex-psicólogo da FAENOL, psicólogo do Centro Universitário Belo Horizonte (UNI-BH) e técnico-social do Programa Fica Vivo! da Secretaria de Estadual de Defesa Social.

das instituições e da comunidade na inserção e no desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiência, baseando-se nas concepções de singularidade e diversidade.

Dentre os vários outros projetos tomados como estratégia de ação dessa política e que têm em comum o objetivo de pensar a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, há um denominado *Conversações*.¹ Esse projeto evidencia, ao oferecer um espaço no qual a maior ferramenta é a voz da sociedade civil, a participação de vários atores na construção de uma política que exige um novo paradigma.

Neste artigo, pretendemos relatar uma experiência de trabalho cujo objetivo é procurar, nas novas formas de se pensar a ação política, a experiência do diálogo. Antes de tudo, o diálogo pode ser tomado aqui como fala que, vinculada ao singular do sujeito, pensamos alcançar, seja de imediato ou não, a realização do laço social. É essa aposta que move a ideia de que o espaço público, pensado no sentido de espaço da palavra, pode influenciar o campo da ação política e das novas formas de convivência entre os diversos atores da nossa sociedade – Estado, comunidade, instituições, escolas etc.

¹ Nesse projeto, iniciado no segundo semestre de 2006, trabalha-se com grupos de conversação. Esses grupos funcionam no sentido de possibilitar a discussão sobre a inclusão social com alguns atores do município de Nova Lima que são, até o momento: 1) famílias dos alunos com deficiência (tanto os que já foram incluídos nas escolas regulares como os que ainda estão estudando na Escola Ana do Nascimento de Souza de Ensino Especial); 2) lideranças comunitárias; 3) agentes comunitários de saúde; 4) equipes do Programa Saúde Família (PSF) de Nova Lima.

A política social: da conscientização à participação popular

A partir da Constituição Federal de 1988, no Brasil, novas formas de tratamento às políticas sociais foram sendo implementadas pouco a pouco no esboço das propostas de democratização do País. Com base nesse processo, é possível pensar que, com a redefinição do papel do Estado, essas novas práticas nascem com o intuito de adequar o esforço de tornar eficaz

a ação político-social por meio da emergência de projetos na esfera local, traduzindo a exigência de uma reforma no contexto das políticas sociais até então.

Com essa nova proposta de descentralização das ações estatais, é primordial levantar a importância de pensar estratégias, no âmbito das políticas sociais que possam veicular ao repertório dos projetos a noção de inovação configurada com base nos conceitos de participação e cidadania. Dessa ótica resulta a efetivação de uma parceria entre governo e sociedade civil. Flávia Brasil (2005) nos fornece alguns pontos de interseção no que se refere ao papel de ambos os atores na execução dos projetos sociais, dentre os quais podem-se destacar: 1) Democratização da gestão e controle público; 2) Novas formas de parceria e cooperação; 3) Participação cidadã nos processos decisórios; 4) Inclusão de novos segmentos sociais no esboço das políticas. Todos esses pontos, de certa forma, irão se entrecruzar a fim de estabelecer o papel real dos programas sociais hoje.

Pode-se observar, então, que a maior conquista na nova agenda das políticas sociais se concentra na participação da sociedade civil nos processos decisórios. Anteriormente, com o poder de decisão centralizado no Estado, os questionamentos sobre os problemas sociais eram pautados pelo autoritarismo. As políticas públicas eram moldadas a uma referência elitizada sem possibilidade de participação da sociedade civil com o enfoque na “conscientização” dos indivíduos, segundo um caráter hierárquico que se sobrepunha às demandas propriamente ditas das condições e necessidades reais da população. Em vista disso, o que podemos nomear de convivência entre o Estado e população torna-se mais próxima e passa a orientar as novas formas de laço na contemporaneidade.

O Estado, para se haver com essas mudanças, criou a proposta de trabalhar com o que ele chamou de “instituições híbridas”. Essas instituições têm a função de legitimar essas novas formas

de laço, caso possam ser possíveis, já que é nelas que os indivíduos, que antes eram apenas vistos como público-alvo das políticas, agora é que vão decidir – nas instâncias governamentais – sobre as estratégias de intervenção dessas políticas. Nesse sentido, o espaço público passa a exercer outra função – ou uma a mais – no que diz respeito ao seu uso e à sua influência na constituição dos laços sociais contemporâneos.

A partir de então, novas estratégias são tomadas, para que a ineficácia das ações político-sociais sob a ótica do isolamento e da fragmentação passe a contar com a colaboração de ações integradas. Nesse contexto, é pensado o trabalho em rede. Segundo Diniz e Fonseca (2002), o conceito de rede contribui para a construção de uma cultura cívica e proporciona um espaço aberto para a colaboração e a interlocução de diferentes atores envolvidos com objetivos comuns, como o de criar recursos para que os projetos sociais se efetivem, contribuindo para o controle social das ações. O surgimento do conceito de rede como nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade civil procura estabelecer uma noção de cooperação não hierárquica entre organizações governamentais e não governamentais, levando em consideração a troca de interesses e a necessidade de formação do que se chama de parceria. Esse termo sugere uma nova forma de laço entre os indivíduos. Laço porque é por meio dele que uma possível produção poderá existir a partir de um encontro entre vários, entre cada um, cujas singularidades podem ser, a partir de um novo formato das políticas sociais, levadas em conta.

A política: *espaço público* como espaço da singularidade

Para Arendt (1987), na tradição política, quando em nossos dias a lógica privada ganha dimensão pública e a política passa

a se constituir mera esfera administrativa atribuída unicamente ao Estado, a noção de política deve adquirir uma relevância cada vez mais notória em nosso tempo. A filósofa alemã, apesar de ter recusado tal designação, foi uma grande teórica política na contemporaneidade. A esfera pública ou o denominado espaço público torna-se um dos temas centrais no seu pensamento.

Arendt (1987), ao realizar uma crítica sobre a tradição do pensamento político desde a Grécia até a modernidade, atribui centralidade à noção de espaço público em sua obra, justificada por sua defesa em prol da autonomia e da dignidade da política. Segundo a autora, as condições dignas e autônomas da noção de política tenderam ao desaparecimento, levando em conta a inversão de valores ocorrida na modernidade.

Ao se referir ao pensamento de Marx,² Arendt acredita encontrar neste um encerramento da tradição política, que interessa à autora, uma vez que encontra aí uma inversão entre *vida ativa* e *vida contemplativa*. Para ilustrar essa idéia, Arendt utiliza em sua reflexão as expressões em latim *vita activa* e *vita contemplativa*, compreendendo esta última vida intelectual, o habitar o mundo das idéias que exige quietude e sendo considerada, portanto, apolítica. Já a expressão *vita activa*, Arendt a localiza na tradição política como tudo aquilo que perturba a *vita contemplativa*, sendo, então, exatamente a vida ativa (*vita activa*), que é colocada de maneira inferior à vida contemplativa (*vita contemplativa*), que é privilegiada na tradição do pensamento político. À vida ativa, até então, foi dada menor dignidade, e isso é recorrente na história do pensamento político. Deve-se, então, restituir o valor da vida ativa, reconhecer sua riqueza, sua fecundidade e seu apelo.

A autora reconhece em Marx uma espécie de ponto final do pensamento político, pois ele realiza em sua construção, à primeira vista, o privilégio da vida ativa quando faz um apelo à ação. Há, então, uma ênfase colocada na ação que lhe permite avaliar que no pensamento filosófico a vida contemplativa somente é

² A crítica à tradição do pensamento político em Hannah Arendt inicia-se com Marx, depois de *A origem do totalitarismo* e segue em outros momentos de sua obra.

colocada a partir da ação, da vida ativa. Para Arendt (1993), vida é o posicionar-se no mundo, é a presença no mundo, e, assim, a noção de vida ativa recebe um campo de abrangência maior do que a política. Mas, ainda ao fazer referência à vida como condição humana, como essa presença, esse posicionar-se no mundo, Arendt (1993, p. 23) confere à vida a condição existencial de pluralidade: não estamos sós:

A política surge no entre-os-homens; portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intraespaço e se estabelece como relação.

Para Arendt, o homem existe nessa “pluralidade”³ de estar-no-mundo-com os outros homens; ele está entre outros homens e é essa condição que prepara a ação política, pois essa é a condição para a política.

³ A essa idéia, Arendt recorre à noção de Aristóteles do homem apolítico que, fora da *polis*, vive só ou é animal ou é deus.

A fecundidade do novo ângulo de percepção da noção de política em Arendt se dá quando os homens agem e se comunicam coletivamente, o que requer um espaço onde os homens possam se encontrar e interagir por meio da ação e da palavra. A autora defende uma noção de espaço público como o lugar gerador da vida política. A recuperação do político em sua dimensão ativa e comunicativa confere ao espaço público o lugar da confluência da palavra e do agir humano em direção ao senso comum, sendo esse o lugar onde os homens, marcados pela diferença, revelam sua singularidade.

Se podemos conferir na noção de espaço público, como concebida à luz da obra de Arendt, o valor dado pela autora à palavra, dispomos, então, da palavra como animadora do político, que faz nascer e efetiva a ação política no espaço público. Assim, agir politicamente e comunicar-se coletivamente na construção do político põem em evidência um limite quase imperceptível da diferença entre a fala e a ação política no espaço público. O espaço

público atribui à fala, então, uma dimensão ativo-comunicativa que lhe confere, ao mesmo tempo, a confluência da palavra e do agir humano em direção ao senso comum.

Incomum e *em-comum*⁴: conversações

A função do projeto *Conversações* é oferecer o espaço da palavra ao sujeito. Nesse espaço o que se propõe é a escuta das particularidades de cada um. A conversação, da forma como foi proposta no projeto, possibilita, pela fala, o surgimento do novo, da surpresa e do singular.

Enfim, trata-se, nesse trabalho, da construção de uma política que exige um novo paradigma que faz com que a comunidade acolha a pessoa com deficiência até então excluída do espaço comum. Historicamente, no município de Nova Lima, a escola Ana do Nascimento de Souza de Ensino Especial foi tomada pela comunidade, como alude Foucault (2002), como um espaço destinado à clausura daqueles indivíduos visivelmente diferentes e que, por isso, não eram autorizados socioculturalmente a interagir com o outro que compunha o espaço comum no município. A pessoa com deficiência estava, portanto, de alguma forma, sem uma inscrição no laço social.

Após as primeiras experiências com grupos de conversação realizados com as famílias dos alunos dessa escola, percebemos um ponto crucial no que diz respeito à inclusão deles na comunidade. Esse ponto girava em torno do preconceito enfrentado pelas famílias deles, as quais puderam, então, falar disso nos grupos, cada um à sua maneira, levando em conta o ponto que singularizava o sofrimento do familiar. Ofertado esse espaço, as estratégias subjetivas diante do referido sofrimento e das ações puderam

⁴ O uso do termo *em-comum*, utilizado por Barros, Garcia e Guerra (2007), ilustra "o espaço de todos", onde as experiências singulares do cotidiano público têm lugar.

ser pensadas também, considerando o que se encontrava de particular, de incomum, articulando o *em-comum*.

Como depreendemos em Arendt, o espaço que se dedica à fala como promovido pela conversação é capaz de exprimir as singularidades contidas no sofrimento daquelas famílias e provocá-las a agir frente aos impasses. A palavra coloca o sujeito a trabalho e esse trabalho possibilita a ação política. Nos grupos com as famílias, por exemplo, pôde-se propor: reivindicar espaços na comunidade para a participação das pessoas com deficiência, trazer as escolas municipais para fazer trabalhos na escola Ana do Nascimento de Souza de Ensino Especial e até escrever em um pequeno jornal do município sobre as experiências particulares das mães com seus filhos com deficiência.

A possibilidade de dizer do *incomum* de cada participante faz notória a confluência da palavra e do agir em direção ao *em-comum*, ao coletivo, que realiza composições inéditas até o momento a respeito do que a política de educação inclusiva pensa como ação.

As ações propostas surgidas do tema do preconceito durante os grupos com as famílias, que acontecia na própria escola Ana do Nascimento, motivaram a expansão dos grupos de conversação para outros espaços. Dessa maneira, novos grupos foram criados com as lideranças comunitárias, com os agentes comunitários de saúde e com as equipes do Programa Saúde Família (PSF) de Nova Lima.

Para pensar o espaço público como aquele que possibilita um laço social, Garcia, Barros e Guerra (2006, p. 2) designaram o termo “social” como equivalente a uma associação. Eles dizem que será uma associação nova que, a partir do vazio em que se coloca o próprio termo social, uma vez que ele é desacreditado hoje, vem dar vazão a um coletivo que se funda em determinado território. E é esse coletivo que poderá resgatar o *em-comum* que, conseqüentemente, vai servir ao laço.

Ao levar em conta os grupos de conversação realizados com agentes comunitários de saúde e com as equipes do PSF de Nova Lima, os acontecimentos ocorridos neles testemunham a prova máxima de que, na conversação, o espaço da fala singular, que ilustra a característica de cada agente e de cada técnico em seus modos distintos de trabalho, causava uma ocasião fértil para a criação e fecundação de diferentes e novos formatos da inclusão. Tais formatos de abordagem da deficiência foram construídos de modos cada vez mais alternativos e puderam escapar da tradição na qual a pessoa com deficiência era tomada no município. Os agentes e técnicos do PSF que visitam pessoas com deficiência puderam relatar, naquele momento, as características daquelas pessoas, o que elas faziam em seu dia a dia, o que gostavam de fazer, o que podia se notar em torno de suas particularidades. A partir daí, eram pensadas estratégias singulares a respeito da característica de cada caso com a finalidade de incluir.

As conversas que se dirigiam a problematizar o próprio trabalho dos que ali falavam, agentes comunitários de saúde e técnicos do PSF, fizeram possível uma troca entre si de suas experiências na abordagem, na aproximação e no contato, não apenas com famílias de pessoas com deficiência, mas no contato com o outro da diferença, com a diferença contida em cada indivíduo com o qual se encontravam em cada uma de suas visitas.

Os impasses e as dificuldades que se impõem aos agentes e aos técnicos a cada dia de trabalho, seja essa diferença apontada na doença, no alcoolismo, na hipertensão, no preconceito, no humor, no sofrimento, na disponibilidade, no ânimo ou na precariedade social daqueles que por eles esperavam, deram a esses profissionais a visibilidade do próprio trabalho que realizam. A troca mencionada convergia na reflexão sobre o espaço comum onde transitavam agentes e técnicos durante as andanças e visitas às casas, levando-os, por conseguinte, a contemplar instituições, oportunidades, espaços, cursos, articulações e parcerias com

as quais fosse possível intervir a fim de conhecer as possibilidades de que tais dispositivos dispunham na criação de meios para inclusão.

Segundo Barros, Garcia e Guerra (2007), é preciso olhar para aquelas experiências do cotidiano público – e aí ampliamos para o contexto político – que trazem novas formas de solução para a convivência. Trata-se, de acordo com eles, de “estar junto” (2007, p. 4). É nesse ponto que pensamos nosso trabalho, tendo em vista que estamos juntos àqueles aos quais ofertamos o espaço para a fala, no sentido de que a conversação se propõe a estar junto, uma vez que dá a palavra aos líderes comunitários, moradores de cada comunidade, agentes comunitários de saúde. Eles podem dizer – e devem – sobre os modos particulares de lidar com o real de suas próprias experiências. Assim, faz-se referência, mais uma vez, à noção de que a política é baseada na pluralidade dos homens que, estando juntos, deflagram, como já afirmara Arendt (1993), que a política trata da convivência entre diferentes. Nos grupos, nosso trabalho é escutar os modos particulares que fazem a convivência entre diferentes.

Por exemplo: em um grupo específico de uma regional do município de Nova Lima, em que uma agente comunitária vai dizer de seu descrédito com relação à inclusão das crianças e jovens com deficiência na comunidade, uma colega remete a um caso em que, no bairro no qual atua, uma criança apenas começou a se desenvolver a partir do momento em que ela pôde conviver com o outro, frequentar a própria comunidade. Uma terceira agente adentra a conversa com o seguinte depoimento:

Eu visito uma família onde existe uma criança com deficiência. Mas ela nunca saiu de casa. Os pais acham que é inviável, pois, para eles, ela é incapaz. E eu me acomodei com isso. Para mim também acabava não sendo importante. Mas depois dessa conversa, acho que vou fazer diferente.

A sua proposta passa a ser, então, ver qual a possibilidade de discutir a inclusão dessa criança na comunidade em que mora.

Barros, Garcia e Guerra (2007, p. 3) referem-se a um “ponto de indeterminação”: ponto no qual o laço é possível. O viver junto é, por si só, indeterminável. Para ele, as novas políticas têm de estar diretamente associadas ao “fazer caber uns no espaço de todos, pois é diferente de fazer de ‘cada um’ ‘todos’”. Para isso é preciso desvincular o “universal”, que pode caracterizar o discurso moderno, em que todos somos classificáveis de alguma forma, da ideia de como a deficiência pode ser entendida. Se o discurso atual, pautado pela ciência, se esforça em ditar a verdade como única e universal, abrangendo a todos, cabe a nós percebermos que o espaço público tem a tarefa de fazer caber “cada um” em “todos”. Uma coletividade de “cada um”.

Abstract

CONVERSING ABOUT INCLUSION: A POLICY OF THE PUBLIC SPACE

In this article, we examine popular participation in the Inclusive Education Policy of the Municipality of Nova Lima, based on the experience with conversation groups conducted with the population in this municipality. We also examined theoretical ideas of different authors that could be used to both raise questions about and to serve as a theoretical and conceptual basis for the related practice.

Key-words: *Inclusion. Public space. Handicap. Uniqueness. Political action.*

Résumé

CONVERSATION AUTOUR DE L'INCLUSION: UNE POLITIQUE DE L'ESPACE PUBLIC

L'article traite de la participation populaire à la Politique de l'Éducation Inclusive de la Ville de Nova Lima à partir de l'expérience avec des groupes de conversations réalisés avec la population de cette ville. Nous examinons des notions théoriques développées par de différents auteurs, des notions qui peuvent problématiser et fonder théoriquement et conceptuellement la pratique rapportée.

Mots-clés: *l'inclusion. Espace public. Handicap. Singularité. Action politique.*

Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, 352 p.

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, 505 p.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 568 p.

BARROS, Fernanda O. de; GARCIA, Célio; GUERRA, Andréia. Como viver junto? Fronteiras e territórios. In: ENCONTRO AMERICANO, 3; ENCONTRO INTERNACIONAL DO CAMPO FREUDIANO, 15. *Anais...* Belo Horizonte, 2007. p. 1-5. Disponível em: <http://www.eamericano2007.com.br/eamericano/port/programamesas.htm#43>

BRASIL, Flávia de P. D. Governos locais e inovações democráticas no contexto brasileiro contemporâneo. *Caderno de Textos IPARDES*, Curitiba, jul. 2005.

FONSECA, Maria Thereza N. M.; DINIZ, Silvana Garcia M. Trabalhando em rede nas políticas sociais. *Revista Pensar BH/Política Social*, Belo Horizonte, n. 3, p. 26-28, maio/jul., 2002.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.